



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1013984-92.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Multas e demais Sanções**  
 Requerente: **Oscar Henrique Sanches**  
 Requerido: **Departamento Estadual de Trânsito - Detran e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Dispensado o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

Cada réu é parte legítima para figurar no pólo passivo no que diz respeito ao ato administrativo que lhe é pertinente, motivo pelo qual rejeito a preliminar de ilegitimidade *ad causam*.

Procede a ação em parte.

Inexiste prova capaz de reverter a presunção de que infração cometida no período de suspensão da CNH, efetivamente foi praticada pelo autor.

Com efeito, no presente caso não foi demonstrado equívoco na notificação feita pelo DER (por remessa postal conforme folhas 80/81 e 84/85, o que é permitido), relativamente ao auto de infração propriamente dito.

Ora, o autor foi notificado e, conforme folhas 92/93, não só deixou de indicar o condutor como inclusive efetuou o pagamento da multa que lhe foi imposta.

Nesse cenário, a declaração de folha 25 não é capaz de reverter a presunção, mesmo porque, nos termos do art. 408 do CPC, não prova o fato declarado.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Por tais motivos o pedido 'f' de folha 13 deve ser rejeitado.

Por outro lado, discorreu o DETRAN em contestação: "É notória a eficiência do serviço postal brasileiro, que autoriza a presunção de recebimento do destinatário, por ser a regra de experiência comum do que ordinariamente acontece ... Tal presunção deve ser elidida pelo interessado. Contudo, nada de concreto foi apresentado, além da mera alegação".

Equivoca-se, porque às folhas 20, 21 e 22 há prova (referida na decisão de folha 27) de que as notificações relativas ao processo de cassação não foram entregues ao destino, retornando os ARs pelo motivo 'destinatário ausente'.

Foi elidida, pois, a presunção mencionada pela autarquia, estando comprovado o cerceamento de defesa no processo administrativo de cassação.

Julgo parcialmente procedente a ação apenas para, confirmada a liminar, anular o processo administrativo de cassação do direito de dirigir 77/2015 desde a notificação do autor a respeito de sua instauração.

Sem verbas sucumbenciais, no juizado, em primeiro grau.

P.I.

São Carlos, 12 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**